



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de junho de 2020, pelas 9 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1.

- A) Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
- B) Distribuição de iniciativas europeias;
- C) Anúncio dos votos que baixaram à 1.ª Comissão;

2. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

A)

Projeto de Lei n.º 30/XIV/1.ª (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING");

Projeto de Lei n.º 73/XIV/1.ª (PSD) - Regulamentação do lobbying;

Projeto de Lei n.º 181/XIV/1.ª (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março);

Projeto de Lei n.º 253/XIV/1.ª (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses;

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

B)

Projeto de Lei n.º 226/XIV/1.ª (PSD) - 9.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais;

Projeto de Lei n.º 242/XIV/1.ª (BE) - Procede à nona alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto;

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

C)

Proposta de Lei n.º 179/XIII/4.ª (ALRAA) - Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do Espaço Marítimo Nacional (parecer a remeter à 7.ª Comissão, competente para apreciação da iniciativa na especialidade);

Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

3. **Apreciação e votação do parecer sobre a interpretação do n.º 2 do artigo 137.º do RAR (solicitado pelo PAR a pedido da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local);
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

4. **Apreciação e votação do de parecer sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 1195/XIII/4.ª (Iniciativa legislativa de cidadãos) - Revogação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de julho (Aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa), solicitado pela Comissão de Cultura e Comunicação;
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

5. **Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN para constituição de um grupo de trabalho para aprofundamento das iniciativas legislativas que procedem à alteração do Código Penal no âmbito dos crimes contra animais;**

6. **Fixação da redação final do texto que procede «Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal» [PJL n.º 194/XIV/1.ª];**

7. **Admissão e distribuição de petições;**

8. **Apreciação e votação da ata n.º 33 (correspondente à reunião de 20 de maio de 2020);**

9. **Confirmação da composição do Júri do Prémio Direitos Humanos 2020;**

10. **Outros assuntos.**

11:00 Horas - Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sobre o alcance das alterações propostas à Lei da Nacionalidade, em apreciação no Grupo de Trabalho - Alteração da Lei da Nacionalidade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias [a requerimento do Grupo Parlamentar do PS]

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição e comunicação das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
-----------	---------	---------------------	-----------------------------	-----------------------	-----------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

<p>PJL 411 XIV 1.ª (CH)</p>	<p>Altera a Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”, alterando o artigo 10.º, consagrando respetivamente o período de nojo entre o exercício de cargos governamentais e instituições públicas e privadas e a incompatibilidade vitalícia de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos poderem exercer quaisquer cargos ou funções em empresas com as quais tenham negociado pelo Estado, enquanto titulares da pasta da tutela que representavam Em conexão com a 14.ª Comissão</p>	<p>03-06-2020</p>	<p>03-06-2020</p>	<p>17.06.2020</p>	<p>Deputado Francisco Oliveira (PS) Consultas a promover: CSM e CSMP</p>
--	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---

Relativamente a esta iniciativa, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que seria conveniente uniformizar o critério de determinação da Comissão competente nesta matéria, uma vez que anterior iniciativa em matéria conexas fora distribuída em sentido inverso: à 14.ª Comissão, como competente, e à 1.ª apenas em conexão. Recordou a este propósito que o Grupo de Trabalho sobre Registo de Interesses daquela Comissão está a preparar legislação que incide precisamente sobre esta matéria e sobre o formulário a preencher para esse efeito.

O Senhor Presidente, sugerindo que o relator nomeado possa aguardar pelo parecer da 14.ª Comissão (embora não obrigatório), lembrou que a questão fora longamente discutida em reunião da Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares, tendo sido anunciado, pelo Senhor Presidente da Assembleia, que não tomaria partido definitivo sobre a questão, antes se propondo avaliar caso a caso, de acordo com as matérias concretas, para tomar uma decisão.

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), participando na reunião por videoconferência, deixou consignada a sua sugestão de vir a estabelecer uma troca de impressões com o Presidente da 1.ª Comissão acerca da matéria.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 512 XIV 1.ª (PAN)	Recomenda ao Governo o reforço da vigilância epidemiológica da COVID-19 nas fronteiras nacionais	15-06-2020	16-06-2020	17-06-2020	O proponente indicou pretender a discussão em Comissão em 17-06-2020

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

12-06-2020	COM (2020) 220 - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia	Deputado Duarte Marques (PSD) em 17-06-2020
16-06-2020	COM(2020)225 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 168/2007 que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Deputada Isabel Rodrigues (PS) em 17-06-2020

Foi igualmente anunciada a baixa à Comissão dos seguintes projetos de voto:

244/XIV/1.ª (PAN)	Voto de Pesar pelo falecimento de Beatriz Lebre
246/XIV/1.ª (CH)	Voto de pesar pela morte de Wilson Rodrigues, barbaramente assassinado no bairro do Cucena, no Seixal
248/XIV/1.ª (BE)	Voto de Pesar pela morte de Beatriz Lebre
251/XIV/1.ª (PS)	Projeto de Voto de Pesar 251/XIV/1.ª (PS) pelo homicídio de Alcindo Monteiro por motivações racistas, 25 anos volvidos

No segundo ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu nota de que não fora ainda recebido o projeto de parecer sobre o conjunto de iniciativas legislativas sobre lobbying – Projetos de Lei n.ºs [30/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#), [73/XIV/1.ª \(PSD\)](#), [181/XIV/1.ª \(PAN\)](#) e [253/XIV/1.ª \(PS\)](#).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.^a SL

Passou-se, então, à apreciação do parecer conjunto sobre os Projetos de Lei n.ºs [226/XIV/1.^a \(PSD\)](#) - 9.^a alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais, e [242/XIV/1.^a \(BE\)](#) - Procedê à nona alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que já fora apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), em reunião anterior.

Após uma reapresentação do parecer, interveio a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) para agradecer o trabalho do Relator e informar que o seu Grupo Parlamentar reservava a sua opinião política para o decurso do processo legislativo. O [parecer](#) foi aprovado por unanimidade, nas suas partes I e III, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH.

Procedeu-se então à apreciação do parecer, a remeter à 7.^a Comissão, competente para apreciação da iniciativa na especialidade, sobre a [Proposta de Lei n.º 179/XIII/4.^a \(ALRAA\)](#) - Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do Espaço Marítimo Nacional (parecer), que havia sido apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), em anterior reunião.

A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) requereu que a relatora remetesse a Mesa da Comissão, para distribuição, o parecer do Senhor Prof. Dr. Rui Medeiros a que aludia no seu documento, posto o que a discussão e votação do parecer foram adiadas para a reunião subsequente.

Retomando-se a apreciação e votação do parecer sobre a interpretação do n.º 2 do artigo 137.º do RAR, solicitado pelo PAR a pedido da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, que fora apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), na reunião anterior, foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH. No debate que antecedeu a votação, a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) agradeceu a clareza e o trabalho apresentado e o Senhor Presidente da Comissão, inscrevendo-se como Deputado, congratulou o Relator pela



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.^a SL

profundidade da apreciação e fez sugestões de redação para melhor concretização das conclusões, que foram aceites pelo Relator.

No quarto ponto, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o seu parecer sobre a constitucionalidade do [Projeto de Lei n.º 1195/XIII/4.^a](#) (Iniciativa legislativa de cidadãos) - Revogação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de julho (Aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa), solicitado pela Comissão de Cultura e Comunicação, tendo a respetiva discussão e votação, atenta a complexidade da matéria e a circunstância de o documento ter sido remetido pelo Relator sem a antecedência necessária para a ponderação exigível, sido adiada, a pedido do Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE).

No ponto seguinte, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN para constituição de um grupo de trabalho para aprofundamento das iniciativas legislativas que procedem à alteração do Código Penal no âmbito dos crimes contra animais. Apresentado o requerimento pela Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN), o Senhor Presidente recordou terem baixado sem votação, para nova apreciação na generalidade, em 6 de março, os Projetos de Lei n.ºs 112/XIV (PSD), 183/XIV (PAN), 202/XIV (PS) e 211/XIV (BE), em relação aos quais haviam sido promovidas as habituais consultas e solicitado aos proponentes uma tentativa de concertação para apresentação de proposta de texto de substituição a Comissão.

Intervieram os Senhores Deputados Cláudia Santos (PS) e António Filipe (PCP) que consideraram que, sem prejuízo da dignidade do tema, não se justificaria a criação de um grupo de trabalho, até por todas estarem em nova apreciação, parecendo mais útil que os proponentes pudessem tentar chegar a acordo para apresentação de projeto de texto para apreciação na Comissão, o que mereceu o acordo da Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD). A requerente assinalou haver pontos em comum mas matérias em que os projetos divergiam e defendeu que as alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal eram reclamadas por várias associações de defesa dos animais, que importaria ouvir. O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) manifestou não ver obstáculos a criação de um grupo de trabalho que, de forma mais estruturada adote uma metodologia de trabalho tendo em vista um texto de

Aprovada em 21-07-2020

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

substituição, sem prejuízo de estar disponível para tentar chegar a um texto concertado. Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS, PSD, PCP e CDS-PP, a abstenção do BE e os votos favoráveis do PAN e da Deputada Ninsc, após o que o Senhor Presidente anunciou que os proponentes ficavam incumbidos de tentar concertar posições para apresentação de proposta de tecto de substituição a Comissão.

No ponto seguinte, procedeu-se à fixação da [Redação Final](#) do texto que «Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal» [[PJL n.º 194/XIV/1.ª \(PS\)](#)], por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega, tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da informação n.º 25/ DAPLEN/ 2020, 2 de junho de 2020, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, nos seguintes termos:

- O título deve ser aperfeiçoado do seguinte modo “*Revê o estatuto remuneratório do revisor oficial de contas que integra o conselho fiscal da Ordem dos Advogados, procedendo à primeira alteração ao respetivo Estatuto*”;
- A alínea b) do n.º 1 do artigo 49.º deve ser aperfeiçoada do seguinte modo “*Apreciar e emitir parecer sobre o orçamento, relatório de atividades e contas anuais da Ordem dos Advogados, após a sua certificação legal, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 182.º*”.

No sétimo ponto, foram admitidas por unanimidade, na ausência do DURP do CH, as petições n.ºs

78/XIV/1	Júlia Cristina Guerra de Carvalho do Couto (7893 assinaturas)	Pela integração da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores na Segurança Social
79/XIV/1	Júlia Cristina Guerra de Carvalho do Couto (5074 assinaturas)	Nacionalização da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores por integração na Segurança Social

de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Foi ainda admitida por unanimidade, na ausência do DURP do CH, a petição

86/XIV/1	Henrique Parreira Farinha	Aumento da idade máxima de candidatura para as Forças de Segurança e Forças Armadas
--------------------------	---------------------------	---

tendo sido deliberado solicitar a pronúncia da Comissão de Defesa Nacional sobre a matéria da sua competência, após a receção da qual se procederá à convocação da respetiva nota de admissibilidade em relatório final.

Em seguida, foi reapreciada a ata n.º 33, do dia 20 de maio, cuja votação fora adiada a pedido da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), a qual, tendo sido reformulada, foi aprovada por unanimidade, na ausência do DURP do CH.

No ponto seguinte, foi deliberado indicar a seguinte composição do júri para o Prémio Direitos Humanos a atribuir na cerimónia de 10 de dezembro de 2020:

- Deputado Luís Marques Guedes (PSD) (Presidente);
- Deputada Cláudia Santos (PS);
- Deputado Fernando Negrão (PSD);
- Deputada Beatriz Gomes Dias (BE);
- Deputado António Filipe (PCP);
- Deputado Telmo Correia (CDS-PP)
- Deputada Inês de Sousa Real (PAN)
- Deputado André Ventura (CH).

Uma vez que passou a Não Inscrita, já não representando uma força política, e porque o Júri apenas deve refletir a representação partidária, foi deliberado que a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira não integra o referido Júri.

No último ponto, reservado a “outros assuntos”, o Senhor Presidente anunciou que a Comissão recebera um pedido do Governo de colaboração da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH com a Assembleia da República, tendo sido deliberado por unanimidade propor o Senhor Deputado José Magalhães (PS) para assegurar, na qualidade de ponto de contacto, a representação da Assembleia da República nessa estrutura.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Às 11h15 teve início a audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o alcance das propostas de alteração à Lei da Nacionalidade, no âmbito do Grupo de Trabalho da Lei da Nacionalidade.

Após uma intervenção inicial da Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS), em representação do Grupo Parlamentar requerente, para explicitação do requerimento, o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros prestou os esclarecimentos solicitados acerca da aplicação da Lei na naturalização de descendentes de judeus sefarditas, tendo depois respondido no final ao conjunto das questões e comentários dos Senhores Deputados Constança Urbano de Sousa e Pedro Delgado Alves (PS), Catarina Rocha Ferreira (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Inês Sousa Real (PAN) e Joacine Katar Moreira (Nisnc).

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a sua gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2020

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joacine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Constança Urbano de Sousa
Duarte Marques
Filipe Neto Brandão
Jorge Lacão
Paulo Porto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: